

McMAHON, April. *Understanding language change*, Cambridge University Press, 1994, 361 p.

Parece que a sincronia e a diacronia ou estudos históricos e não-históricos não podem na prática ser tão separados quanto desejam muitos lingüistas, partindo do famoso dito de Saussure de que “*the opposition between the two viewpoints, the synchronic and the diachronic, is absolute and allows no compromise*” (1974, p. 83). Pelo menos, na visão de McMahon, a sincronia e diacronia estão intimamente relacionadas. Como o autor esclarece, se desejamos forçar uma análise puramente sincrônica das línguas, eliminamos a dimensão diacrônica mas, embora isto elimine o futuro, não pode remover o passado. Os eventos do passado podem iluminar o presente, levando-nos a uma maior compreensão dos sistemas atuais, ou de como eles acabam por apresentar esta ou aquela forma: “... *historical linguistics may be able to illuminate synchrony the study of a single language state through diachronic work: understanding language change means understanding language better.*” (p. 10). Da mesma forma, o estudo da mudança lingüística envolve modelos e teorias desenvolvidos nos estudos sincrônicos. Sob este ponto de vista, nem a abordagem sincrônica nem a diacrônica podem oferecer um quadro completo de uma língua. Ao contrário, ambas nos proporcionam tipos particulares de informação.

Por outro lado, o argumento de que os falantes não têm consciência dos estágios anteriores da sua língua não seria suficiente para descartar as teorias diacrônicas, ou para roubar das línguas o seu passado. A investigação da natureza da linguagem requer que se leve em consideração que as línguas são objetos cujo primeiro modo de exis-

Resenhas.

tência é o tempo. Para ilustrar este ponto, tome-se a analogia da árvore, a qual é percebida em um momento particular, um fato sincrônico. Entretanto, se a examinamos partindo das raízes e através do tronco para os galhos e folhas, conheceremos a sua história ou as particularidades de seu crescimento e desenvolvimento. Os falantes não estão cientes da história de sua língua, assim como não entendem o mecanismo pelo qual sementes se tornam plantas. Isto, porém, não impediu os botânicos de desenvolverem teorias diacrônicas e não deveria igualmente deter os lingüistas.

Com esta reflexões iniciais, McMahom deixa claro que o objetivo do livro é considerar teorias da mudança lingüística, um dos aspectos da lingüística histórica, como parte da lingüística geral. Não se trata de simplesmente catalogar mudanças, mas usá-las para refletir sobre a natureza da linguagem que, entre outras características, é mutável inerentemente. As mudanças afetam todas as áreas da gramática: o sistema de sons ou fonologia; a estrutura das palavras ou morfologia; a estrutura das sentenças ou sintaxe e o significado ou semântica.

Ao examinar mudanças que ocorrem em diferentes línguas, o autor considera e avalia também um número de teorias que têm sido formuladas para abordá-las, retornando periodicamente aos três problemas relacionados à mudança: a questão do início ou de como e por que uma mudança começa (*question of actuation*); a questão da transmissão ou implementação ou de como e por que uma mudança se espalha e a questão mais geral de como e se, de fato, mudanças podem ser explicadas.

Interessante é que o livro, escrito para estudantes de graduação da lingüística histórica, reflete ainda a preocupação em tornar claros e acessíveis aspectos da motivação interna e externa da mudança lingüística. A vivacidade da preocupação didática pode ser medida também por outras recentes publicações da Cambridge University Press, só para nos restringirmos a esta editora. Em particular, uma agradável surpresa é a constatação do significativo interesse e atenção dirigidos

à sintaxe histórica ou diacrônica que se observa em vários autores. Naturalmente, não estou me referindo à rica e atual produção a respeito da mudança sintática em diferentes línguas dentro do arcabouço gerativista, como Roberts (1993) Battye & Roberts (1995) e muitos outros. Assim, para ficar apenas com um exemplo fora desta orientação, lembro Harris & Campbell (1995), uma obra dirigida a estudantes e especialistas de mudança lingüística, na qual os autores apresentam um trabalho rigoroso e preciso no reexame das questões fundamentais que envolvem os mecanismos da mudança sintática.

Na verdade, o ressurgimento dos estudos diacrônicos não é privilégio apenas dos meios acadêmicos europeus ou americanos. No Brasil, este é um fato consumado. Como observa Mattos & Silva “... fazem-se, nos tempos que correm no Brasil, estudos histórico-diacrônicos com várias orientações: na direção da sócio – história ou história social; da crioulistica; da sociolingüística no chamado tempo real; da sintaxe diacrônica gerativista; das fonologias não-lineares; do descritivismo interpretativo, necessário como organizador de dados do passado e essencial para análises teóricas subseqüentes e continua a fazer-se crítica textual de documentos do passado, base também necessária como fonte para recolha de dados confiáveis para estudos histórico-diacrônicos (1997, p. 2). Por seu lado, Faraco (1991, p. 6) mostra a preocupação em “... contribuir de alguma forma, para a consolidação da retomada deste tipo de estudo lingüístico no Brasil, tentando conquistar o leitor para as trilhas da ciência, da ciência da linguagem, em particular, dos estudos científicos da história das línguas”. Finalmente, Kato (1993) comenta vários trabalhos que buscam descrever mudanças que ocorrem no português brasileiro.

Em termos de organização, o livro de McMahon está dividido em 12 capítulos. Cada um dos capítulos de 2 a 7 focaliza a mudança em uma das áreas da gramática. A fonologia nos capítulos 2 e 3; a morfologia no capítulo 4; a sintaxe nos capítulos 5 e 6; a semântica e léxico no capítulo 7. No entanto, embora tratados isoladamente, fica claro que este é um recurso de exposição e não reflete uma visão de

Resenhas.

que os níveis lingüísticos operam de forma totalmente isolada. O capítulo 6, por exemplo, inclui uma discussão da gramaticalização que, como se sabe, envolve não somente a sintaxe, mas a morfologia, fonologia, semântica (e até o discurso). Além disso, o autor apresenta casos ilustrativos de mudanças em um nível motivando posteriores desenvolvimentos em outros. Um destes mostra que a mudança fonética pode afetar a morfologia ao alterar ou remover marcas morfológicas. Outro mostra que a perda de distinções morfológicas pode ser um fator que contribui para a fixação da ordem das palavras.

A segunda parte do livro é temática. O capítulo 8 discute os efeitos do contato lingüístico, enquanto o capítulo 9 está envolvido com a sociolingüística e o estudo da variação. Línguas crioulas e pidgins são discutidos no capítulo 10. A morte das línguas no capítulo 11. E a questão da evolução é o tópico do último capítulo. Nesta resenha direcionaremos nosso interesse apenas para alguns aspectos desenvolvidos pelo autor.

Na abordagem da mudança fonológica o autor considera as tentativas de três escolas sucessivas – neogramática, estruturalista e gerativista (primeira fase) – em descrever e explicar a mudança sonora. A conclusão é que as três são inadequadas pela mesma razão: embora produzam descrições engenhosas e elegantes, propondo-se a oferecer explicações para a mudança, não chegam perto de ser verdadeiramente explicativas. Isto porque nenhuma conseguiu com sucesso entender por que tem início uma determinada mudança sonora e nenhuma tocou na questão da transmissão, ou seja, no problema de como a mudança se espalha. Os neogramáticos tentaram atacar o primeiro aspecto, sugerindo causas físicas tais como facilidade de articulação e correlatos psicológicos. Quanto ao segundo aspecto, assumiram que a mudança é lexicalmente abrupta, mas fonologicamente gradual. A suposição metodológica dos neogramáticos da imperceptibilidade da mudança força-os a acreditar que a implementação estaria fora do escopo da investigação.

Os estruturalistas não levaram em conta a questão da transmissão e falham em abordar adequadamente o problema da motivação. Operando com a máxima *os sons mudam*, preocuparam-se unicamente em estabelecer sistemas fonéticos e compará-los.

Finalmente, os primeiros estudos gerativistas formularam mudanças que são descritivas, mas não explicativas. Estas inadequações são características das teorias da mudança examinadas e não sintomas da natureza inexplicável da mudança lingüística, no sentido rígido de explicação, adotado por Lass (1980). Como McMahon faz questão de esclarecer, não se está considerando o termo explicação no sentido estritamente causal (explicações deste tipo seriam inadequadas na lingüística que especifica fatores contextuais), mas no sentido de constituir “*relief from puzzlement*”. As teorias examinadas não teriam proporcionado nem mesmo este nível de explicação, considerado como um objetivo intermediário e, talvez até mesmo, como o único a ser alcançado. Neste ponto, o modelo da difusão lexical (Cap. 3) revela-se como uma solução parcial para o problema da implementação, pois, considera que ao menos algumas mudanças se espalham gradualmente através dos itens lexicais elegíveis. Entretanto, não resolve ainda a questão de como e por que as mudanças se movem de falante para falante. O mesmo se poderia dizer da fonologia lexical. Nenhuma das duas parece também ter sido bem sucedida em uma explicação para o problema do início da mudança.

O tema tratado nos capítulos 12, 13, 14 dizem respeito ao emprego das metáforas ou dos conceitos e modelos emprestados à biologia e freqüentemente invocados por lingüistas e filólogos durante o século XIX. Segundo o autor, houve neste período sérios equívocos e conclusões injustificadas sobre a linguagem com base em analogias imperfeitas. Dentro da sua argumentação, a impropriedade das metáforas biológicas não é inerente ou intrínseca, resultando unicamente de uma má compreensão dos termos emprestados. Em particular, o conceito de evolução lingüística pode ser uma metáfora útil no estudo

da mudança desde que entendida em seu sentido biológico pós-Darwin. De fato, o conceito de evolução no sentido darwinista opõe-se ao uso que dele fizeram lingüistas do século XIX, entendendo-o como um processo de mudança contínua de uma condição mais simples, inferior para um estado mais elevado ou mais complexo. Nestes termos, a mudança foi vista como progresso ou decadência, esta última a visão majoritária. As comparações foram feitas literalmente, interpretando-se as línguas como organismos vivos, prescrevendo-se a elas traços como racionalidade consciente ou ciclos vitais que são características apenas de tais organismos. Assim, Schleicher, adotando o conceito de transformação, mas não os mecanismos propostos por Darwin, mede o progresso das línguas pela complexidade maior que estas apresentam em sua morfologia. A tipologia – línguas isolantes, aglutinantes e flexionadas – reflete uma escala de evolução na qual as línguas passam de um tipo analítico, isolante, para um tipo sintético, aglutinante inicialmente e posteriormente flexional.

Para Darwin, o termo evolução não supõe apenas transformação ou mudança através do tempo: ele diz respeito também ao entendimento ou explicitação dos mecanismos através dos quais as transformações procedem, a saber: (i) as mutações genéticas surgem esporadicamente nos organismos; (ii) as mutações atingem apenas alguns organismos, estabelecendo a variação; (iii) a atuação do ambiente, ou o processo de seleção natural pode favorecer uma variante que está, às vezes, mais adequada ao ambiente, em detrimento de outra. Entretanto, como a mutação é aleatória, a mudança nem sempre beneficia os organismos. Conclusão: a teoria evolutiva de Darwin exclui qualquer noção de progresso. A visão moderna é de que as línguas simplesmente mudam. Pode-se explicar os processos de mudança, e construir tipologias sem, no entanto, atribuir uma escala evolutiva à mudança, isto é, sem o sentimento de evolução como progresso acumulado e sua noção oposta de decadência histórica.

Um segundo uso do termo evolução na lingüística histórica deve ser dispensado. Trata-se do sentido teleológico atribuído à mudança,

entendendo-a como um processo acumulativo e direcional para algum objetivo. Enquanto na relação causal Y acontece porque X, nas explicações teleológicas o cenário está invertido. Algo muda para que outra coisa aconteça. Toda mudança teria assim um propósito, provocando um desequilíbrio no sistema, o qual deve ser recomposto por uma mudança posterior. Na teoria darwinista, porém, a seleção natural não atua como uma força ou um plano que manipula as espécies por uma rota de aperfeiçoamento.

Isto leva a uma revisão da literatura relevante ou das teorias que operaram com a mudança sintática, considerando que as línguas seguem uma direção determinada que condiciona o seu curso no tempo. A revisão leva também a uma investigação dos estudos que invocaram leis gerais a que as línguas devem obedecer ou que, de algum modo, compelem mudanças internas a proceder em uma direção particular. O capítulo 6 é, portanto, uma discussão que parte de Sapir com sua teoria da deriva (*drift*) e chega às atuais abordagens sobre a gramaticalização, vista por muitos como mudança direcional também no sentido da deriva, ou como uma síndrome direcional de mudanças relacionadas. Importante para a primeira parte da discussão é o exame da chamada teoria da consistência na ordem das palavras, a qual leva a uma investigação da contribuição da tipologia e sua associada busca de universais lingüísticos. Os universais implicacionais de Greenberg (1963a) são apresentados e discutidos, assim como as abordagens de Lehmann (1973b) e Vennemann (1974, 1975), em particular, o princípio da serialização natural (todos os modificadores ou operadores aparecem consistentemente em um dos lados do núcleo ou operando), o qual leva ao conceito de línguas consistentes e inconsistentes. Impressiona a lucidez com que McMahon criticou estes dois últimos autores, mostrando que dados tipológicos e a noção de consistência devem ser vistos como fatores a serem explicados e não como explicações por si mesmos.

Discute-se também a precariedade dos inúmeros argumentos que sustentam princípios de mudança como este da serialização natural. A

busca das explicações para as mudanças devem estar não em princípios diacrônicos dessa natureza, mas na estrutura da gramática, ou em fatores externos como contato e outros. Neste particular, também é relevante a contribuição de Hawkins (1979, 1980, 1983), revista pelo autor, sem esquecer a discussão a respeito de fatores ou estratégias perceptuais, estudados por vários lingüistas, as quais podem ser responsáveis por certas mudanças. De fato, mecanismos da percepção humana resolvem algumas dificuldades intrínsecas à noção de consistência e à noção teleológica da mudança.

Nesta discussão incluem-se ainda diferentes tentativas, influentes na literatura – entre elas Traugott (1982), Lehmann (1985) –, as quais buscaram estabelecer os componentes regulares e recorrentes da gramaticalização. Como se sabe, o termo foi cunhado por Meillet (1912) para definir o fenômeno que caracteriza a passagem de uma palavra autônoma à condição de elemento gramatical. Assim, nomes, verbos, etc. tornam-se categorias gramaticais, tais como preposições, auxiliares, etc. e, posteriormente, gramaticalizam-se como afixos. A mudança categorial tende a ser acompanhada por uma redução na forma fonológica e enfraquecimento do significado. A concepção de Meillet de que a motivação para a gramaticalização decorre da criatividade lingüística ou necessidade de maior expressividade por parte dos falantes foi também aceita por muitos. Assim, palavras autônomas, introduzidas na língua por tal motivo, perdem a força expressiva e, com a repetição, tornam-se elementos obrigatórios ou esperados de uma construção (caso da história da negação no francês). Os falantes lutam constantemente por novos recursos estilísticos, e recomeçam sempre esta espécie de ciclo ou desenvolvimento em espiral.

Considera-se também que a busca da expressividade aliada à limitação das possibilidades lingüísticas levam ao movimento unidirecional ou unilateral que caracteriza o fenômeno.

Uma outra explicação para a gramaticalização recorre à noção de iconicidade através da qual elementos que estão relacionados em um domínio conceptual ou semântico tendem idealmente a estar rela-

cionados formalmente (iconicidade sintagmática). Por exemplo, considerem-se as flexões verbais e a idéia de que estas estariam mais próximas da raiz verbal. Dentro desta visão, pode-se falar na seqüência de dois estágios: aproximação e fusão, o primeiro mostrando a influência da iconicidade, o segundo, da gramaticalização. A fusão será seguida de enfraquecimento semântico, uma vez que a forma gramaticalizada perde a sua própria identidade, trazendo posteriores repercussões para os domínios fonológicos e sintáticos. Paradoxalmente, ao tornar-se mais integrada na construção, a forma gramaticalizada torna-se gradualmente menos icônica, desenvolvendo-se em símbolo de uma construção particular. Seria esta ligação com a iconicidade que levaria, portanto, à natureza essencialmente unidirecional, mas cíclica da gramaticalização.

Como o autor conclui, ao destacar certos aspectos destes estudos acima mencionados, tanto a consistência quanto a gramaticalização envolvem uma espécie de tendência natural ou movimento que os lingüistas históricos tentaram explicar de várias formas. O que não se pode aceitar é a idéia de que ambos sejam reflexos de leis gerais rígidas. Ao invés disto, o que encontramos são tendências indicativas de princípios lingüísticos e organização conceptual.

No capítulo 9, o autor discute novamente os dois problemas que servem como pano de fundo para sua leitura das diferentes teorias, a saber, o problema da iniciação da mudança e de sua implementação, focalizando agora a teoria da variação lingüística – e sua conexão com a mudança e contexto social – tal como desenvolvida nos estudos sociolingüísticos de Labov (1972) e outros. O autor preocupa-se principalmente em discutir como os resultados da sociolingüística poderiam esclarecer-nos a respeito das mudanças, descrevendo suas técnicas, descobertas e sua metodologia de investigação científica com vários estudos comentados.

O autor observa inicialmente que o reconhecimento, por parte dos lingüistas históricos, de que a variação lingüística está intrinseca-

mente ligada à mudança é recente, ou seja, a noção teria sido negligenciada dentro da teoria lingüística, negligência esta que traria profundas conseqüências para a lingüística histórica.

Em particular, afeta o estudo da mudança a suposição da heterogeneidade ordenada adotada por Weinreich, Labov e Herzog (1968). Neste texto, os autores argumentam que a variação na comunidade de fala não é aleatória, mas estruturada e controlada freqüentemente por fatores extra-lingüísticos, podendo, em muitos casos, representar mudança em progresso. Os estudos dialetológicos e sociolingüísticos revelam, de fato, correlações da variação lingüística com a região geográfica, sexo, classe social e grupo étnico. Mudanças nestas correlações podem dizer-nos por que os traços lingüísticos se espalham através da comunidade de fala. Escapa-se, assim, ao pessimismo com relação à descoberta das causas das mudanças. Uma vez que o contexto social destas mudanças em andamento é claramente observável, seus mecanismos e causas são fáceis de perceber. O contrário ocorreria com as mudanças completas, para as quais este contexto não pode ser recuperado. No entanto, acredita-se que as descobertas feitas no estudo das mudanças em progresso podem ser generalizadas para as mudanças completas, através da convicção de que os mesmos mecanismos ou fatores que operaram para produzir mudanças no passado podem ser observados operando nas mudanças ocorrendo no presente.

A pesquisa sociolingüística, por estar centrada na noção de variável lingüística – elemento que tem um número de realizações ou variantes na fala, mas um significado constante – adota ainda, como necessária, a abordagem quantitativa para dar conta do fato de que, embora muitos falantes usem ambas as variantes, a freqüência no uso varia de falante para falante na base de fatores não-lingüísticos.

Os estudos da mudança em progresso são conduzidos no tempo aparente, enquanto a observação ideal da mudança leva em conta o tempo “real”. Os estudos no tempo aparente, como observa o autor, não envolvem de forma alguma o trabalho diacrônico no sentido de

comparar diferentes períodos na história da língua. Ao contrário, envolvem olhar para o momento sincrônico, tentando encontrar as sementes da diacronia dentro dele. O estudo clássico de Labov sobre a centralização de ditongos em *Martha's Vineyard* mostra, porém, a importância do estudo no tempo aparente para descobrir mudanças em progresso e, ao considerar o significado social da variação lingüística, permite localizar a fonte destas mudanças.

No entanto, para McMahon, embora os estudos de variação pareçam produzir abordagens esclarecedoras para o problema da transmissão ou difusão das variantes, tanto oferecendo uma teoria geral da transmissão das mudanças lingüísticas graduais e motivadas socialmente, quanto nos permitindo observar e medir o seu progresso, deixa-nos ainda no plano do mistério em relação à gênese e seleção da própria variante. Deste modo, o estudo de Labov de *Martha's Vineyard* revelou que a centralização de ditongos se espalha a partir dos pescadores de Chilmark, mas não porque os pescadores centralizaram suas vogais ou porque este traço, em particular, teria sido adotado por outros habitantes da ilha. Como o autor observa, Labov tem uma resposta para este dilema, ao considerar que não faz parte da investigação do sociolingüista explicar as possíveis (e numerosas) fontes que introduzem a variação. A verdadeira questão do início da mudança confunde-se com a questão do porquê algumas inovações desaparecem e outras se estabelecem, espalhando-se através da comunidade, ou do porquê certos tipos de variação se tornam mudanças e outras não.

Para Labov, não haveria nem mesmo sentido em separar a iniciação da transmissão da mudança, uma vez que é no processo da transmissão que ela teria início para alguns. Embora vários fatores introduzam a variante, só depois de esta ter sido adotada por um grupo de falantes, tornar-se sistemática e adquirir alguma significância social é que se pode falar em início da mudança. A origem da mudança é, pois, a sua propagação, ou sua aceitação pelos outros. Em outras palavras, distingue-se inovação em termos do falante que introduz a variação do início da mudança. Não se pode prever, porém, que tipo de varia-

ção levará à mudança. Algumas destas inovações se espalham, outras não, e parte por razões de prestígio.

O reconhecimento de que a variação lingüística pode ser condicionada por fatores sociais não supõe a negação de que fatores lingüísticos cessem de ser importantes. McMahon, porém, não desenvolve este aspecto, principalmente porque se limitou a comentar estudos iniciais dos variacionistas que, realmente, enfatizaram a influência ou primazia dos condicionamentos sociais no tratamento dos fenômenos morfofonológicos. Neste ponto, considero relevante lembrar o artigo de Paredes (1992), em que a autora não só discute de forma muito esclarecedora a questão do contexto e significado das formas alternantes na abordagem da variação de fenômenos não-fonológicos, como também ressalta que as questões lingüísticas atraem cada vez mais a atenção dos variacionistas para os fatores internos, ultrapassando o interesse pelos fatores sociais convencionais testados, ou estabelecidos.

O reconhecimento da conexão ou interdependência entre variação e mudança como característica recente em lingüística histórica permite ainda considerar que a teoria evolutiva de Darwin possa ser emprestada da biologia para a lingüística, ou seja, ambas as disciplinas têm em comum a prática metodológica de distinguir variação, diferença vista sem considerar o tempo, da mudança, diferença vista ocorrendo na sucessão temporal. As línguas também são transmitidas de pai para filho, embora se saiba apenas precariamente em que medida os fatores são genéticos ou ambientais. Finalmente, sabe-se que isolamento de variedades devido a fatores geográficos e sociopolíticos leva ao desenvolvimento de variantes localmente diferentes que, eventualmente, podem tornar-se línguas distintas. Naturalmente, o paralelo não é perfeito e o autor tem o cuidado de explicitar as importantes diferenças que separam os dois campos de investigação.

No entanto, se aceitamos que a variação surge aleatoriamente, como explicar a regularidade na mudança e a ordenação dos sucessivos estágios? O axioma da metodologia evolutiva – mudança em com-

binção com seleção produz ordem – pode resolver ainda o problema da direcionalidade percebida que havia recebido anteriormente explicações teleológicas. A ordem é produzida sem necessidade da direção externa ou sem assumir movimentos conscientes em direção a um objetivo.

Na verdade, ao se falar em mudança em progresso e na recente perspectiva sociolingüística da lingüística histórica, vem logo à mente a natureza dos processos de pidginização e crioulição. Sabe-se que os pidgins e línguas crioulas são não apenas lingüisticamente muito interessantes pelas suas características particulares, mas também relevantes para a teoria lingüística, para a aquisição da linguagem e para a mudança lingüística.

No capítulo 10, McMahon apresenta uma discussão introdutória de estudos recentes, dentro de diferentes linhas teóricas, que apresentam hipóteses para as origens e importância geral dos pidgins e crioulos, destacando as particularidades de sua estrutura fonológica, morfológica, lexical e sintática.

Sem dúvida, um ponto alto do livro é a preocupação de McMahon em apresentar com propriedade aspectos da visão gerativista para a sintaxe diacrônica. Na verdade, a orientação gerativista delinea-se através da discussão dos trabalhos de Lightfoot, considerado o pioneiro na tentativa de elaborar uma teoria da mudança sintática integrada a um modelo formal de gramática. Além disso, destaca-se o seu objetivo de proporcionar um tratamento adequado para a sintaxe diacrônica, associado a uma orientação fortemente psicológica, a qual relaciona a mudança com aspectos da aquisição da linguagem, mediada por universais lingüísticos inatos. Estes estudos são válidos porque levantam importantes questões sobre a natureza da linguagem, sobre a mudança lingüística e sobre como os lingüistas podem tentar explicá-las.

Não se trata apenas de uma apresentação das principais idéias de Lightfoot, mas de uma avaliação crítica pertinente das suas contribuições mais relevantes, desde o seu trabalho de 1979 (*Principles of*

Resenhas.

diachronic syntax) até o mais recente de 1991 (*How to set parameters*), ilustradas, entre outros, pelo seu estudo clássico do desenvolvimento dos modais na história do inglês. Assim, destaca-se que, em um primeiro momento, o autor desenvolve o que ficou conhecido como teoria catastrófica da sintaxe histórica. A essência do argumento de Lightfoot tem como base o estudo do desenvolvimento dos pré-modais no inglês antigo. Neste período, os chamados pré-modais apresentavam as características sintáticas e morfológicas dos verbos. Entretanto, no inglês medieval, estes elementos (*will, can, may, shall, must*) comportam-se de forma distinta, evidenciando uma mudança no sistema categorial da língua, resultante de desenvolvimentos que, progressivamente, isolam estes elementos da classe dos verbos. A criação da nova categoria decorre, pois, de uma reanálise radical, motivada pela crescente excepcionalidade provocada por uma análise dos modais como verbos.

O autor sugere que um dos aspectos da teoria gramatical é o Princípio da Transparência, um princípio independente que controla o nível de opacidade ou excepcionalidade que pode ser tolerado na gramática. O princípio requer que as derivações sejam minimamente complexas, de modo que as estruturas iniciais, subjacentes, estejam próximas de suas respectivas estruturas de superfície. Assumindo a eliminação da opacidade como o princípio explanatório das reanálises sintáticas, tem-se como objetivo caracterizar a complexidade derivacional e, ao fazê-lo, prever a mudança e quando ela irá ocorrer.

Os argumentos para justificar a criação de uma nova categoria na história do inglês – e para a mudança em geral – leva Lightfoot a propor que a complexidade, opacidade ou excepcionalidade podem ser construídas na gramática gradualmente por pequenas mudanças de efeito acumulativo que afetam o ambiente. Estas mudanças ambientais são induzidas por contato com outras línguas e dialetos, ou por razões estilísticas, até que uma reestruturação catastrófica e de longo alcance acontece, eliminando a opacidade e restaurando a transparência. A reanálise só ocorre, pois, quando necessária, isto é, quando tem como pré-requisito evitar o desenvolvimento da complexidade

perceptual, geralmente favorecendo o processamento e retificando dificuldades de aprendizagem. Além disso, a reanálise gramatical manifesta-se nos dados através de um conjunto de mudanças simultâneas que o pesquisador deverá reconhecer. Naturalmente, a “terapia” resultante da aplicação do princípio da transparência tem um efeito apenas local, podendo criar novas complicações em outras áreas da gramática. No caso da história dos modais, há necessidade de novas estratégias sintáticas para a formação das interrogativas e da negação na gramática do inglês.

As duras críticas que suas idéias e análises de dados empíricos recebem de vários especialistas da área levam Lightfoot a reconsiderar muitas das concepções adotadas. Neste ponto, McMahon é bastante criterioso e imparcial na avaliação das reações contrárias ao trabalho do autor, apresentando com clareza os aspectos mais importantes do debate que então se estabeleceu. Assim, no trabalho de 1991, Lightfoot retoma vários de seus antigos estudos de caso, mas agora dentro da Teoria dos Princípios e Parâmetros, tal como desenvolvida por Chomsky (1981a, 1981b, 1986) e outros. O modelo paramétrico permite a ele abordar, por exemplo, a história dos modais dentro de uma nova concepção de gramática que dispensa noções como o princípio da transparência, em favor de princípios universais parametrizados. Além disso, embora continue a discutir as inter-relações entre mudança, gramática formal e aquisição, a ênfase está na aquisição, ou em como os parâmetros são fixados.

A proposta principal é a aprendizagem de grau-0: os parâmetros são essencialmente fixados com base apenas em um limitado conjunto de expressões lingüísticas e mediadas pelos princípios da Gramática Universal. A criança que adquire a língua materna, apresentada como produto da gramática do adulto, constrói sua própria gramática, cuja estrutura interna não coincide necessariamente com aquela do adulto. Conseqüentemente, uma mudança gradual na freqüência de uma certa construção causa finalmente um reassentamento de parâmetros, produzindo uma reanálise gramatical. Assim, se no modelo anterior a opacidade crescente na gramática punha em ação o princípio da trans-

Resenhas.

parência, neste a opacidade é essencialmente relacionada com a aquisição. E novamente, Lightfoot assume que uma mudança na gramática causa uma mudança nos dados, o que se pode verificar através de resultados estatísticos.

Como McMahon deixa claro para o leitor, é preciso ter em mente esta caracterização que Lightfoot faz de diferentes tipos de mudanças. A primeira, determinada por atuação da Gramática Universal, provoca um reassentamento de parâmetros. A segunda, que ocorre gradualmente, é provocada por fatores externos. As mudanças resultantes de uma reanálise ou reassentamento de parâmetros ocorrem por necessidade biológica. A teoria gramatical assumida para dar conta da mudança incorpora a hipótese de que as crianças têm uma especificação pré-programada das características de uma língua possível. A Gramática Universal inclui um limite para as mudanças possíveis e para a aquisição da linguagem, ou seja, nenhuma mudança pode criar uma gramática impossível.

As mudanças do outro tipo, referidas como mudanças ambientais, não são resultantes do processo de aquisição determinado geneticamente, mas sim induzidas por contato com outras línguas e dialetos, ou introduzidas por necessidades estilísticas. Para estas mudanças não haveria explicações sistemáticas, uma vez que elas pouco dizem a respeito da teoria gramatical, embora tenham um papel causal na modificação da experiência lingüística.

Finalmente, vale ressaltar que as novas reflexões de Lightfoot levam-no a admitir que as mudanças se manifestam nos dados gradualmente. O novo assentamento de um parâmetro pode gradualmente espalhar-se pela comunidade de fala. Este é um ponto muito importante porque, ao admitir a graduação na mudança, o autor obriga-se ao reconhecimento da variação lingüística.

Por último, mas não menos importante, deve-se ressaltar que uma qualidade notável do livro é a riqueza da exemplificação proveniente de uma grande variedade de línguas. Por outro lado, sua fra-

Filologia e Lingüística Portuguesa, n. 2, p. 247-264, 1998.

queza maior decorre do fato de ser um livro que não aprofundou a discussão das concepções teóricas que estão na base dos diferentes sistemas que buscam desenvolver a compreensão da mudança lingüística, seus mecanismos e suas propriedades. Talvez, a justificativa para este ponto fraco esteja no fato de o autor ter visado, como leitores, alunos com conhecimentos apenas elementares de lingüística.

BIBLIOGRAFIA

- BATTYE, A. & ROBERTS, I. (1995) *Clause structure and language change*. Oxford University Press.
- CHOMSKY, N. (1981a) *Lectures on government and binding*. Foris, Dordrecht.
- _____ (1981b) Principles and parameters in syntactic theory. *In* HORNSTEIN & LIGHTFOOT (eds) (1981) p. 32-77.
- _____ (1986) *Knowledge of language*. Praeger, New York.
- FARACO, C. A. (1991) *Lingüística histórica*. São Paulo, Ática.
- GREENBERG, J. H. (1963) Some universals of grammar with particular references to the order of meaningful elements. *In* GREENBERG, J. (ed) (1965) p. 73-113.
- HARRIS, A. & CAMPELL, L. (1995) Historical syntax in cross-linguistic perspective. *Cambridge Studies in Linguistics*, 74. Cambridge University Press.
- HAWKINS, J. (1979) Implicational universals as predictors of word order change. *Language*, 55, p. 618-48.
- _____ (1980) On implicational and distributional universals of word order. *Journal of Linguistics*, 16, p. 193-235.
- _____ (1983) *Word order universals*. New York, Academic Press.
- KATO, M. A. (1993) Como e por que escavar? *In* ROBERTS, I. & KATO, M. (org). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas, Editora UNICAMP, p. 13-27.
- LABOV, W. (1972) *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- LASS, R. (1980) *On explaining language change*. Cambridge University Press.
- MATTOS & SILVA, R. V. (1997) Idéias para a história do português brasileiro. Fragmentos para uma composição posterior. Conferência de Abertura. *I Seminário para História do Português Brasileiro*. USP
- LEHMANN, C. (1985) Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile*, 20.3, p. 303-18.
- LEHMANN, W. P. (1973) A structural principle of language and its implications. *Language*, 49.

Resenhas.

- LIGHTFOOT, D. (1979) *Principles of diachronic syntax*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____ (1991) *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge Mass, MIT Press, p. 47-66
- MEILLET, A. (1912) L'évolution des formes grammaticales. *In Linguistique historique et linguistique générale*. Champion, Paris, p. 131-48.
- PAREDES DA SILVA, V. L. (1992) A relevância dos fatores internos. *In MOLLICA, M.C. (org) Introdução à sociolinguística variacionista*. UFRJ, p. 33-7
- ROBERTS, I. (1993) *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht, Kluwer .
- SAUSSURE, F. de (1974) *Course in general linguistics*. Fontana, London.
- TRAUGOTT, E. C. (1982) From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. *In LEHMANN & MALKIEL (eds)*, p. 245-71.
- VENEMANN, T. (1974) Topics, subjects and word order: from SXV to SVX via TVX. *In ANDERSON & JONES (eds)*, p. 339-76.
- _____ (1975) An explanation of drift. *In LI (ed)*, p. 269-305.
- WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. (1982) Empirical foundations for a theory of language change. *In LEHMANN & MALKIEL (eds)*, p. 95-195.

Maria Aparecida Torres Morais
Professora de Filologia e Língua Portuguesa
DLCV-FFLCH/USP

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, Mercado de Letras, 1996, 95 p.

Esta obra de Possenti fisga o leitor desde o início: o *não* expresso no título, mesmo encoberto pelos parênteses, chama a atenção e desperta a curiosidade. Afinal, devemos (ou não) ensinar gramática na escola?

A pergunta não é nova e persegue os professores principalmente depois que as aulas de Lingüística passaram a fazer parte do currículo do curso de Letras, em 1962. Para respondê-la, Possenti reúne alguns textos já publicados, trabalhos apresentados em congressos e reflexões resultantes de palestras para professores e alunos.

Quanto aos textos, revemos “Gramática e política”, publicado na *Revista Novos Estudos_Cebrap*, em 1983, e incluído na obra de J. W. Geraldí, *O texto na sala de aula*. Com nova versão e em co-autoria com Rodolfo Ilari, esse texto foi publicado pela Secretaria da Educação como “Português e ensino de gramática”, em 1985. Em um seminário do GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo), Possenti participou de uma mesa redonda com o texto “Para um novo perfil do professor de português”.

Essa apresentação da obra mostra-nos o percurso do autor no tema, revelando um posicionamento que se foi firmando gradativamente. Refletindo sobre o tema há dez anos, o autor percebe que o interesse das pessoas por essa discussão se mantém, até porque o ensino da gramática classificatória ainda polariza a atenção nas aulas de língua materna, o que justifica a publicação desta obra.

O livro divide-se em duas partes:

- 1.) apresentação de dez teses que corroboram a posição do autor em relação ao ensino de língua materna;
- 2.) discussão de teorias lingüísticas relevantes para esse ensino.